

OPÇÕES METODOLÓGICAS EM ANÁLISE DE DISCURSO: INSTRUMENTOS, PRESSUPOSTOS E IMPLICAÇÕES

ANABELA CARVALHO*

1. Análises de discurso – quadro teórico e instrumentos conceptuais

«Análise de discurso» é uma designação comum a múltiplas formas de analisar a relação entre o sentido e a linguagem, bem como as suas repercussões sociais e políticas. Várias correntes têm sido desenvolvidas no âmbito das ciências sociais e no domínio da linguística. Esta comunicação busca inspiração em perspectivas adoptadas sobretudo no âmbito da sociologia, da ciência política e dos estudos dos «media».

Apesar de as teorias e análises de discurso terem um terreno comum importante, relativo sobretudo à importância do discurso na construção social da realidade, têm também diferenças significativas quanto, por exemplo, à consideração de aspectos discursivos extra-linguísticos ou ao papel do agente versus estruturas. É uma dessas diferenças que nos vai ocupar. Trata-se, especificamente, das formas de analisar os textos e dos instrumentos para tal utilizados.

Não há, no âmbito da análise de discurso, um método uniforme de desconstrução e reconstrução dos textos (que é no fundo o que se processa em qualquer análise). Muitas abordagens não especificam sequer a forma de o fazer. O que se propõe nesta comunicação é uma reflexão sobre várias opções teórico-metodológicas e as suas implicações.

Esta comunicação parte essencialmente de trabalhos sobre questões de política ambiental, que é o domínio em que a minha investigação se tem

* Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga. E-mail: carvalho@ics.uminho.pt

situado nos últimos anos. Nesta área, eu destacaria três livros que adotaram a análise de discurso para compreenderem os processos políticos e que têm sido bastante influentes: *Ozone Discourses*, de Karen Litfin (1994), sobre as negociações internacionais sobre o ozono, *Narrative Policy Analysis*, de Emery Roe (1994), com vários estudos de caso e nomeadamente um sobre a questão do aquecimento global, e *The Politics of Environmental Discourse*, de Marten Hajer (1995), sobre a política do Reino Unido e da Holanda relativamente às chuvas ácidas.

Estes autores utilizam diferentes conceitos como instrumentos analíticos, isto é como instrumentos de dissecação e reconstituição dos textos. Tais conceitos são «frame» (Litfin), narrativa (Roe) e «story-line» (Hajer). Nesta comunicação vamos centrar-nos essencialmente nos dois primeiros – «frame» e narrativa, sendo que o conceito de «story-line» se aproxima do último (embora haja algumas diferenças, que não vamos aqui explorar).

Uma terceira opção de análise a ser considerada nesta comunicação parte dos trabalhos de van Dijk sobre a imprensa (1988a, 1988b). Este é um autor de reconhecido mérito que tem promovido uma análise do discurso de imprensa sobretudo em termos de «macro-estruturas». A sua proposta é que se identifique as estruturas temáticas fundamentais de cada texto, o que passa por uma redução da informação a aspectos semânticos centrais. Tal redução é feita com a ajuda daquilo a que chama «macro-regras» que são, por exemplo, a supressão de informação redundante ou o resumo de várias proposições numa única mais genérica. Desta forma, van Dijk reconstrói os textos sob a forma de esqueletos temáticos.

Como metáforas destes três instrumentos conceptuais, dado aquilo que nos permitem ver, e também como ilustração das diferenças entre os três, gostaria de sugerir a máquina fotográfica para o conceito de «frame», a câmara de vídeo para o conceito de narrativa e o aparelho de raio-X para a noção de macro-estrutura. Isto será explicado abaixo em mais detalhe.

«Frame»/ «framing»

Vários autores têm usado o conceito de «frame», desde Goffman (1974) a Gamson (1989, 1995) ou Snow e Benford (1988, 1992). Devemos distinguir duas formas principais de pensar os «frames». A primeira concepção põe a tónica na percepção e entende «frames» como padrões que os indivíduos utilizam para organizar a sua cognição da realidade. Nas décadas de 70 e 80, vários estudos de psicologia cognitiva e de inteligência artificial demonstraram que os objectos ou acontecimentos não são percebidos pelos sujeitos a partir dos seus componentes individuais até ao todo, mas sim pela atribuição de uma estrutura geral e conhecida a tais objectos ou acontecimentos. Por exemplo, se vemos uma pessoa a correr e depois uma pessoa estendida no chão com uma faca ao lado, imediatamente «acti-

vamos» um «guião» de homicídio, em que a primeira pessoa é o assassino. As pessoas recorrem a «frames» ou «schemas» que fornecem um significado reconhecível para as ajudar a compreender uma realidade complexa.

A segunda concepção de «frame» relaciona-se com a estruturação do discurso. Um «frame» é visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos. Gamson e Modigliani, por exemplo, referem-se a um «frame» como uma ideia organizadora para atribuir sentido a eventos, indicando o que está em causa (1989: 3). Equipados com este conceito, os autores referidos analisaram o discurso dos «media» acerca da energia nuclear e identificaram várias imagens centrais que os «media» utilizam para representar essa temática. Neste sentido, «framing» diz essencialmente respeito à construção discursiva da realidade, embora esteja relacionado com a forma como percebemos situações ou acontecimentos.

Litfin, e vários autores no âmbito do estudo dos «media», de que é exemplo Entman (1993), propõem uma noção relacionada com a segunda atrás referida. No seu entender, «frame» equivale a perspectiva ou a selecção de ênfase – aponta para as dimensões de um problema que são tidas em consideração ou destacadas. Nesta linha, proponho que se entenda «framing» como um processo de perspectivação e enquadramento, sendo no fundo o resultado de selecção e composição. Selecção é um exercício de inclusão e exclusão de factos, opiniões, juízos de valor. Composição é o arranjo destes elementos de forma a produzir um determinado sentido. Este processo ocorre sempre e necessariamente na produção de textos (cf. Durham, 1998).

A ideia de que temos sempre que escolher um ponto de vista particular para abordar realidades complexas e multi-dimensionais parece-me particularmente útil. «Framing» é em conversação o equivalente a enquadramento em fotografia. Implica a escolha de um ângulo específico e implica a decisão de abarcar ou deixar de fora certos aspectos da realidade (fotografada). Portanto, sugeriria a máquina fotográfica, enquanto instrumento que medeia a nossa relação com o mundo, como uma boa metáfora para o conceito de «frame».

Narrativa/história

O conceito de narrativa faz parte de uma tradição académica ainda mais longa do que a do conceito de «frame», tendo sido estudado sobretudo no campo dos estudos literários por autores como Propp, Labov, ou Barthes. Nos últimos anos, este conceito tem sido importado pela sociologia e outras ciências sociais. Franzosi (1998), por exemplo, é um forte adepto do uso de tal conceito na sociologia e Hajer (1995) emprega o conceito de «story-line», que concebe como um tipo de narrativa-síntese, na área da decisão política.

As teorias da narrativa, especialmente sob a influência dos estruturalistas franceses, entendem que a narrativa é composta de dois elementos principais – a «história» e o «discurso». Uma narrativa seria uma história contada através de um discurso.

Em geral, considera-se que uma história tem uma série de características que a definem como tal. Um elemento-chave das histórias é a sequência cronológica. Os acontecimentos são normalmente estruturados numa sequência temporal¹. Em segundo lugar, deve existir uma certa coerência lógica na história, ou seja, os acontecimentos devem estar ligados por uma ideia ou princípio (moral?) organizador. Em terceiro lugar, uma história envolve uma mudança numa determinada situação através de uma série de eventos. A reversão, ou mudança de sentido das «sortes», era um aspecto essencial das comédias e tragédias aristotélicas. A concepção actual das narrativas não «requer» uma mudança tão radical – de mau para bom ou vice-versa. O que é importante é que o «depois» seja diferente do «antes», mas não necessariamente melhor ou pior (Franzosi, 1998: 521).

Do que foi dito até aqui podemos concluir que nem todos os textos são narrativas. Franzosi (ibid.), bem como outros autores, distingue textos narrativos de textos não-narrativos². Porém, recentemente, alguns autores têm utilizado o conceito de narrativa de uma forma lata para se referirem a todos os relatos que envolvam um desenrolar de uma acção ou acontecimentos.

Para efeitos de análise, proponho que se pense aqui em narrativa como envolvendo uma acção³, uma conclusão ou resultado, personagens, e um palco ou quadro de acção.

Um dos traços próprios da análise de narrativas é a atenção dedicada ao texto, como um todo, e ao significado, como resultado de uma estrutura específica. Como tal, em geral, esta forma de análise recusa fracturar tal estrutura em partes menores (por exemplo em temas).

As limitações da análise de narrativas derivam do seu ênfase no exame em profundidade de um conjunto de textos que é necessariamente limitado. Este tipo de análise contrasta fortemente com as técnicas que apostam no estudo sistemático e quantitativo, tal como as análises de conteúdo clássicas.

¹ Já Aristóteles considerava que uma narrativa deve possuir um princípio, meio e fim. Tal sequência tem também sido associada a «setting, complication, resolution.» (van Dijk, 1988b: 49-51).

⁶ Por sua vez, um texto narrativo contém orações narrativas e orações não-narrativas.

³ A análise narrativa reforça o papel da acção: segundo Ricoeur (1985: 56 cit. por Franzosi, 1998: 523), «fazer algo» é um aspecto central das narrativas. Consequentemente, a importância dos actores sociais, ou de forma mais geral, do agenciamento humano é realçada neste tipo de análise.

O trabalho de desconstrução e reconstrução de narrativas parece-me ser mais facilmente compreendido com recurso à ideia de uma câmara de vídeo. Se pensarmos naquilo que é captado por uma câmara de vídeo e na impressão da realidade que ela nos proporciona, estaremos muito próximos das noções de história e de narrativa.

Macro-estrutura

Do ponto de vista analítico, o trabalho de van Dijk é sem dúvida importante, uma vez que ele propõe um modelo que é bastante estruturado e detalhado. Debrucemo-nos atentamente sobre os conceitos avançados pelo autor. Em primeiro lugar, as «macro-estruturas» são definidas como «organized sets of propositions» (van Dijk, 1988b: 32). As «proposições» («propositions»), por sua vez, são «the smallest, independent meaning constructs of language and thought.» (ibid.: 31). Van Dijk refere-se às proposições que fazem parte de macro-estruturas como «macro-proposições» (ibid.: 32). Como referi acima, as macro-regras são um instrumento fundamental na reconstituição de textos. «Macro-rules are semantic mapping rules or transformations, which link lower level propositions to higher level macropropositions. (...) Deletion, generalization, and construction [are] the major macrorules that reduce information of a text to its topics.» (ibid.: 32) As macro-estruturas, tal como qualquer estrutura semântica, podem ser por sua vez organizadas num conjunto de categorias como, por exemplo, causas (de um acontecimento), antecedentes ou consequências.

Se se seguir o percurso analítico sugerido por van Dijk, a imagem que se obtém de um texto é semelhante àquela que é oferecida por um aparelho de raio-X (cf. com máquina fotográfica e com câmara de vídeo, referidos anteriormente).

2. Análise de artigos de imprensa

Na segunda parte desta comunicação, proponho uma aplicação prática das três opções teórico-metodológicas referidas.

O tema concreto que nos vai ocupar serão as alterações climáticas, por vezes também designadas como aquecimento global. Trata-se de um problema ambiental muito sério que decorre da acumulação de gases responsáveis pelo efeito de estufa na atmosfera. Sendo um fenómeno natural, a comunidade científica considera hoje consensualmente que a interferência humana neste processo atingiu níveis muito preocupantes. Por outras palavras, as nossas práticas que envolvem a produção e uso de energia, relacionadas com transportes, indústria, aquecimento doméstico, etc, conduzem à intensificação do efeito de estufa, o que, por sua vez, tem um impacte

sobre os padrões climáticos com consequências potencialmente gravíssimas.

A questão está regulamentada por uma convenção, a United Nations Framework Convention on Climate Change, de 1992, em que os países industrializados se comprometem a estabilizar as emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa. Em 1997, em Quioto, foi assinado um protocolo que estabelece metas quantitativas para a redução destas emissões. As formas concretas de alcançar este objectivo estão ainda algo indefinidas, havendo várias propostas em discussão. Neste âmbito, iniciou-se em Bona, na passada segunda-feira, dia 25 de Outubro de 1999⁴, um encontro das partes da convenção para negociar as medidas a adoptar.

Portugal é parte da convenção mas tem uma posição muito peculiar – em vez de termos como meta reduzir as nossas emissões, temos a possibilidade de as aumentar em 40% até 2010, face aos níveis de 1990. Pode-se argumentar que esta situação, que foi negociada em Quioto, é compreensível, dado o processo de desenvolvimento em que nos encontramos. Porém, a meu ver, é uma estratégia política inadequada, pois Portugal deveria optar, o mais cedo possível, por um desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista ambiental. Para além do mais, estando nós em 1999, estamos já muito perto desse limite de 40% de aumento, o que é revelador da má gestão e das más políticas seguidas até aqui.

Depois de feita esta contextualização, passemos à questão concreta que estrutura esta comunicação. Qual o papel da imprensa no contexto descrito? Mais especificamente, qual a importância da imprensa na construção das alterações climáticas como uma questão política nacional? As medidas a adoptar politicamente para combater o problema requerem a aceitação e a cooperação dos cidadãos e a imprensa tem um papel importante na formação de opinião dos mesmos. Para além do mais, a imprensa, e de forma mais geral a comunicação social, tem um papel importante na veiculação e amplificação das perspectivas promovidas por vários actores sociais e políticos, tais como as organizações não-governamentais de defesa do ambiente ou associações industriais. A imprensa é, no fundo, um palco político importante. Para analisar esta questão, a análise de discurso é um recurso muito útil, que nos permite desmontar e examinar os textos de imprensa e as representações aí veiculadas da questão das alterações climáticas.

Dada a importância da cimeira de Bona e a coincidência com as datas do nosso encontro, decidi analisar a cobertura dada à mesma e, inevitavelmente, à questão das alterações climáticas, pela imprensa portuguesa,

⁴ Relembro que esta comunicação foi apresentada no dia 28 de Outubro de 1999, portanto durante o tempo em que decorreu o encontro de Bona.

nomeadamente pelos principais diários: *Público*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*. O dia de abertura da cimeira foi escolhido por ser o mais significativo.

O *Jornal de Notícias* destaca-se imediatamente pelo seu silêncio quanto a Bona e ao problema das alterações climáticas. Nenhum artigo foi publicado no dia 99.10.25. Este silêncio é muito significativo quanto ao posicionamento deste jornal em relação a temáticas ambientais.

Vejam os que cada um dos conceitos – «frame», narrativa, e macro-estrutura nos dá a ver nos artigos dos outros dois diários, tendo em mente a questão atrás formulada acerca da politização do problema das alterações climáticas a nível nacional.

2.1. *Análise de Perspectivação/Enquadramento*

Público

No dia 25 de Outubro de 1999, o *Público* deu um enorme realce à conferência de Bona e, de forma mais geral, à questão das alterações climáticas. De tal forma que o assunto aparece no topo da primeira página e, no mesmo dia, são publicados sete artigos neste jornal sobre tal tema. Os títulos dos artigos são os seguintes:

- «As Verdadeiras Prioridades», editorial por José Manuel Fernandes;
- «Clima em Lume Lento», por Ana Fernandes (com fotografia);
- «Florestas Compensam Emissões Poluentes. Equipa Portuguesa Participa em Projecto Europeu», por Ana Fernandes (com fotografia);
- «Uma Guerra em Todas as Frentes. Reacções ao Primeiro Levantamento Nacional sobre as Emissões»;
- «Portugal Não Está a Respeitar Protocolo de Quioto. Aumento de emissões pode chegar aos 49 por cento em 2010», por Ana Fernandes;
- «Temas em Discussão em Bona»;
- «Uma Torre no Montado de Évora».

O enquadramento morfológico do tema no jornal, na secção «Destaque», reforça a sua projecção.

Devido às limitações de tempo para esta comunicação, decidi seleccionar apenas um dos artigos publicados pelo *Público* para a minha análise. A escolha recaiu sobre o editorial por considerar que este é o mais importante de entre os sete artigos referidos.

O título do editorial – «As Verdadeiras Prioridades» – constitui de imediato a questão das alterações climáticas como um problema sério e

urgente. Este título é tingido com uma certa alusão a demagogia ou cinismo da parte de alguém (responsáveis governamentais).

O artigo começa por perspectivar o problema das alterações climáticas em termos dos impactos trágicos que terão. Essa é uma imagem muito poderosa do problema, porventura a mais mobilizadora, uma vez que as potenciais consequências são, de facto, dramáticas e estendem-se a múltiplas áreas. Ao falar do problema, José Manuel Fernandes enfatiza a crescente certeza de que tais efeitos terão lugar.

O editorial faz uma forte inclusão do caso português e das práticas portuguesas na consideração desta matéria. Há uma clara responsabilização do governo português. A política portuguesa nesta área é qualificada como um «desastre absoluto»; «fracasso absoluto», situação «intolerável», «triste objectivo» são outras das expressões usadas para falar do caso português.

O custo financeiro do não abatimento das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa é grandemente realçado. Este é um forte argumento na análise da questão, qualquer que seja a sensibilidade ambiental do leitor.

A perspectiva dominante no final do artigo é a das medidas necessárias ao combate às emissões. José Manuel Fernandes, director do *Público*, expressa a urgência da acção e o seu carácter imperativo em termos claros e incisivos. Por exemplo, todos os parágrafos na parte final do editorial começam com a expressão «É necessário...». Em contraste com as críticas formuladas ao Estado português, esta questão é abordada de uma forma «positiva», na medida em que são avançadas muitas sugestões para intervir sobre o problema das alterações climáticas.

De uma forma global, os títulos, o espaço concedido ao tema pelo *Público* e as fotografias relativas à deterioração ambiental ou às suas causas, como o automóvel, atribuem às alterações climáticas uma enorme importância, e em especial um enorme significado político a nível nacional.

Diário de Notícias

O *Diário de Notícias* publicou no dia 99.10.25 apenas um artigo sobre a temática da conferência de Bona, intitulado «O difícil combate ao gás carbónico». O artigo é posicionado na secção «sociedade», o que equivale a uma valorização do problema inferior à do *Público*.

O enquadramento dominante no artigo do *Diário de Notícias* é a política. Tal poder-nos-ia levar a concluir que o *Diário de Notícias* politiza bastante a questão das alterações climáticas. Na realidade, este jornal *despolitiza* a questão em relação a Portugal, e desresponsabiliza o nosso país. Vejamos porquê.

O problema é perspectivado exclusivamente como uma questão de negociações internacionais, portanto afastada da realidade concreta dos cidadãos e dos governantes portugueses.

Por outro lado, o *Diário de Notícias* silencia um grande número de aspectos do problema. Nada é dito sobre as causas ou as consequências das alterações climáticas, nem sobre as possíveis alternativas de acção para cada país.

Comparando o *Público* com o *Diário de Notícias*, tendo em conta a secção onde o artigo é colocado, a fotografia que o acompanha, uma imagem bucólica do Outono, e todo o texto do artigo em si, podemos dizer que o *Diário de Notícias* constrói a questão das alterações climáticas como muito mais neutra e distante de Portugal, do ponto de vista político, social, e económico.

2.2. *Análise Narrativa*

Público

«As Verdadeiras Prioridades» leva-nos a ler as alterações climáticas como uma história de mudanças brutais no clima, com consequências trágicas. Politicamente, a questão é uma história de ineficiência e de falsas promessas e prioridades.

O palco da história é o planeta em geral, e Portugal em particular. Quanto a personagens, o governo português é constituído como um sujeito muito importante na narrativa.

A conclusão ou moral da história é que preciso agir já e aqui, e que é possível fazê-lo. A partir do conhecimento científico e das provas existentes, são deduzidos imperativos de acção política: é preciso agir. É também constituído um forte sentido de urgência: é preciso agir já. Há uma forte responsabilização do governo português: é preciso agir já e aqui. Propõem-se também várias formas de actuação sobre o problema: é preciso agir já e aqui e é possível fazê-lo.

Diário de Notícias

Em «O difícil combate ao gás carbónico» a questão das alterações climáticas é representada como uma história de possíveis mudanças nas «estações», o que é narrativizado de uma forma quase poética pela fotografia que acompanha o texto. Politicamente, as alterações climáticas são uma história de confrontos políticos internacionais.

O palco da história contada pelo *Diário de Notícias* é a conferência de Bona, o que torna a questão num problema localizado e de uma importância relativamente pequena. Como foi referido, nada é dito sobre os

impactes que o aumento do efeito de estufa pode ter em todo o mundo. Nesta narrativa, as personagens são os Estados Unidos e União Europeia. A conclusão que podemos tirar da história do *Diário de Notícias* é que devemos esperar que os grandes actores políticos internacionais se entendam e resolvam o problema.

Esta narrativa desresponsabiliza Portugal, que potencialmente está presente na figura da União Europeia, mas cujo papel concreto é silenciado.

2.3. *Análise de macro-estruturas*

Apresenta-se nas duas páginas seguintes o resultado de uma análise dos dois artigos segundo os procedimentos sugeridos por van Dijk.

2.4. *Comparando...*

Se compararmos os resultados obtidos nos três tipos de análise poderemos identificar algumas diferenças significativas.

O conceito de «frame» salienta o processo de selecção, tanto de inclusão, como de exclusão – aquilo que é enfatizado ou obscurecido no texto, bem como o arranjo das várias partes do texto. Permite facilmente fazer comparações de vários textos. A questão das alterações climáticas é extremamente complexa. O conceito de «frame» ajuda-nos a pensar na multiplicidade de dimensões deste problema e na sua representação/construção discursiva: enquanto questão científica, económica, social, política; nas suas causas, impactes e formas de combater o problema.

A análise narrativa salienta a sequência temporal de uma acção. Salienta também as relações entre pressupostos ou causas e consequências. A análise narrativa é também útil, para compreender os processos caracterizados por uma grande complexidade ou incerteza. Isto porque, nestes casos, o autor do texto tende a simplificar e a construir cenários/histórias. Uma desvantagem é que este tipo de análise pode conduzir ao negligenciamento de textos/partes de textos que não apresentem as características de uma narrativa.

O tipo de análise proposto por van Dijk salienta a estrutura dos textos e a construção do sentido internamente, bem como as ligações entre diferentes temas e aspectos do texto. Esta análise é muito útil ao nível micro-textual, mas difícil de aplicar a um grande número de textos.

Em síntese, cada técnica tem as suas vantagens e limitações e há ganhos e perdas com a adopção de cada uma. Há que estar consciente que cada conceito tanto nos mostra como nos esconde determinados aspectos do texto e do sentido.

FIGURA 1

Análise de Macro-Estruturas: o caso do Público

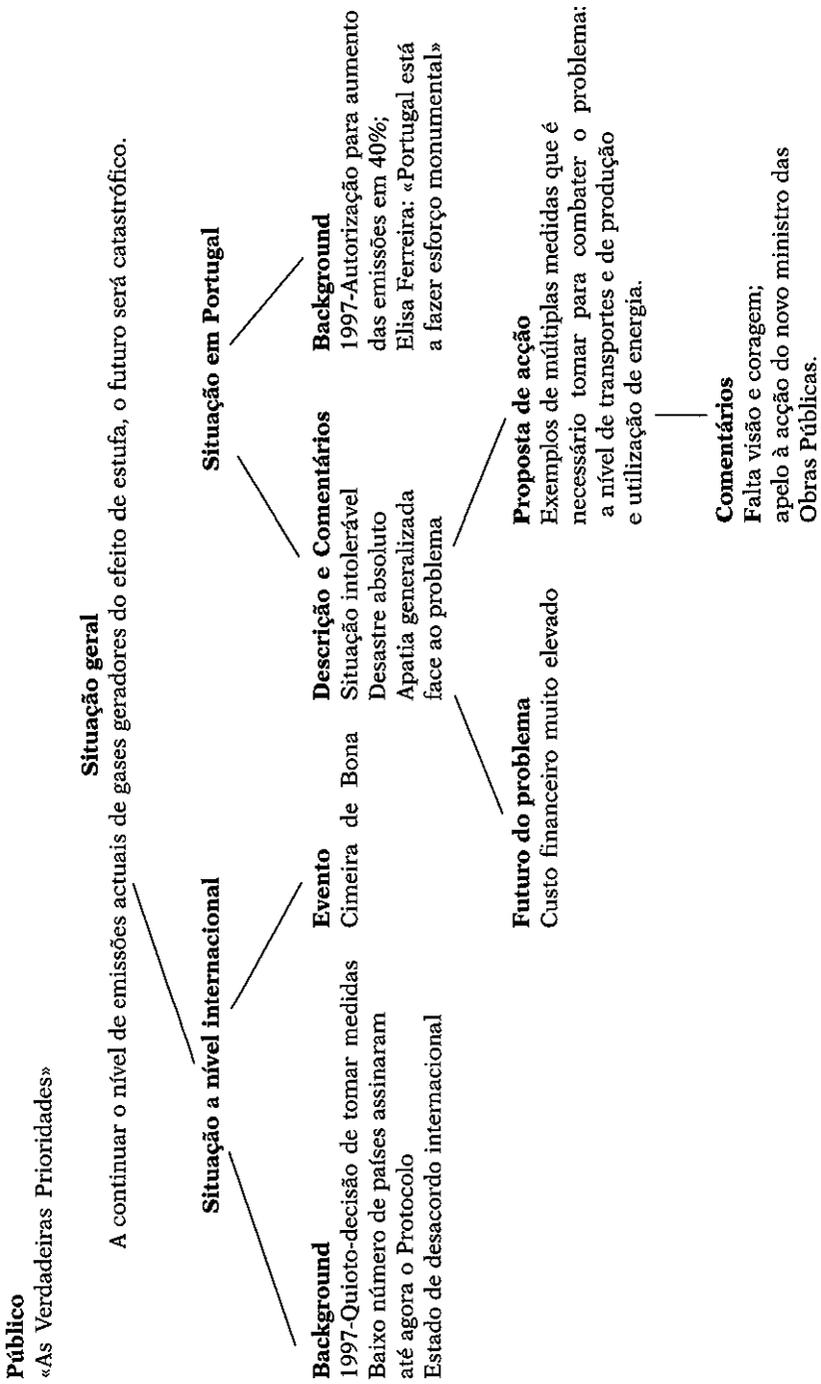
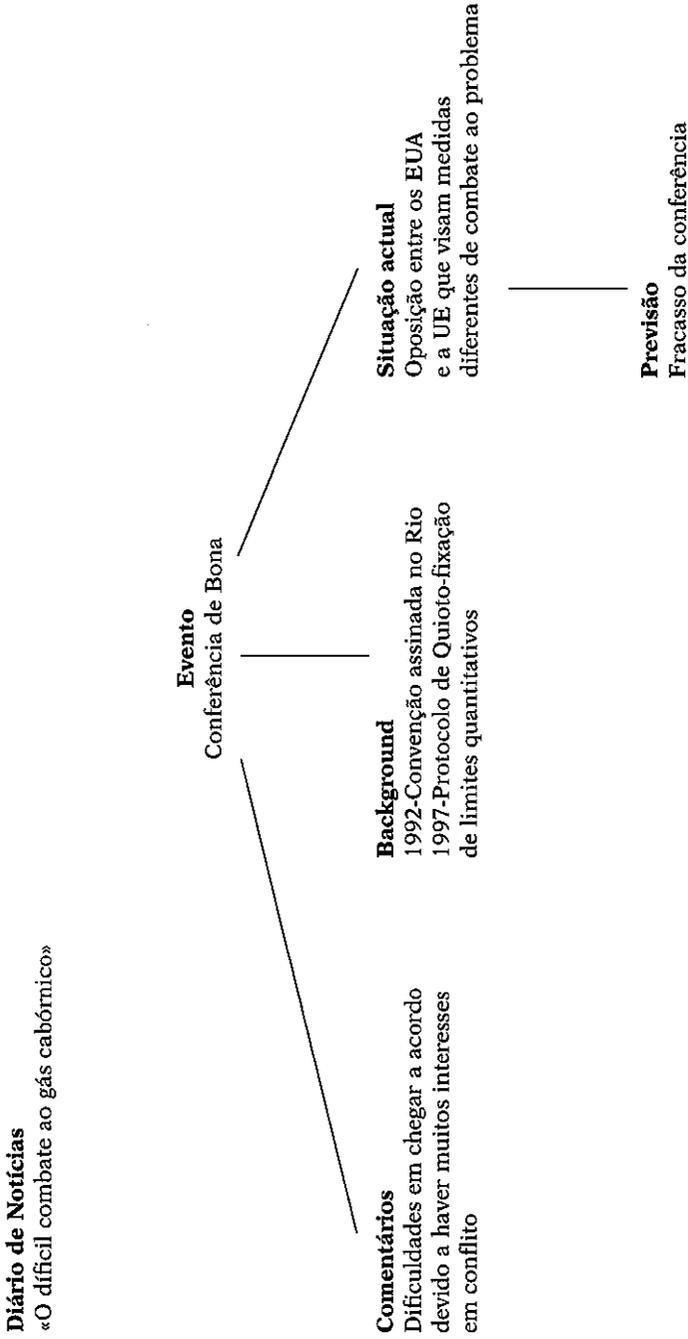


FIGURA 2
Análise de Macro-Estruturas: o caso do Diário de Notícias



3. Em conclusão

A análise de discurso oferece um manancial importante de instrumentos para compreender a construção do sentido ou significado. Como foi ilustrado, cada instrumento dá a ver aspectos diferentes do texto e faz uma contribuição distinta para o estudo da relação entre o texto e as realidades sócio-políticas em que ele se enquadra.

A finalidade principal desta comunicação é chamar a atenção para as implicações das opções analíticas que se fazem. Com esta reflexão pretende-se contribuir para uma maior consciencialização daquilo que está envolvido em cada linha teórico-metodológica e assim estimular uma decisão criteriosa sobre os caminhos a seguir.

A triangulação das abordagens, tal como foi aqui feito, parece ser útil, tirando-se vantagens da complementaridade dos vários instrumentos. Por razões práticas, tal é, porém, raramente possível. Sendo assim, será desejável que as escolhas sejam pelo menos informadas e ponderadas em função das questões colocadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURHAM, F. (1998) – «News Frames as Social Narratives: TWA Flight 800», *Journal of Communication* 48 (4), pp. 100-117.
- ENTMAN, R. M. (1993) – «Framing: toward clarification of a fractured paradigm», *Journal of Communication*, vol. 43 (4), pp. 6-27.
- FRANZOSI, R. (1998) – «Narrative Analysis – or Why (and How) Sociologists Should be Interested in Narrative», *Annual Review of Sociology* 24, pp. 517-554.
- GAMSON, W. (1995) – «Constructing Social Protest» in H. Johnston and B. Klandermans (eds.) *Social Movements and Culture*, London: UCL Press, pp. 85-106.
- GAMSON, W. and A. MODIGLIANI (1989) – «Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a Constructionist Approach», *American Journal of Sociology* 95 (1), pp. 1-37.
- GOFFMAN, E. (1974) – *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HAJER, M. (1995) – *The Politics of Environmental Discourse. Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford: Clarendon Press.
- LITFIN, K. (1994) – *Ozone Discourses. Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York: Columbia University Press.
- ROE, E. (1994) – *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham and London: Duke University Press.

- SNOW, D. and R. BENFORD (1988) – «Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization» in B. Klandermans, H. Kriesi and S. Tarrow (eds.) *International Social Movement Research, Volume 1*, London: JAI Press, Inc., pp. 197-217.
- SNOW, D. and R. BENFORD (1992) – «Master Frames and Cycles of Protest» in A. Morris and C. McClurg-Mueller (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*, New Have, Connecticut: Yale University Press, pp. 133-55.
- VAN DIJK, T. (1988a) – *News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press*, Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum.
- VAN DIJK, T. (1988b) – *News as Discourse*, Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum.